

SEGURANÇA

Seis militares e uma psicóloga vão elaborar o perfil e as novas atribuições do grupo de elite. Desfalque no policiamento ostensivo sem a tropa especial preocupa oficiais

Comissão do Bope é nomeada

MARCELO ROCHA

DA EQUIPE DO CORREIO

Tirar das ruas o Batalhão de Operações Especiais (Bope) sem comprometer a prevenção ao crime em algumas regiões do Distrito Federal. Essa é uma das equações a ser resolvida pela comissão anunciada ontem para estudar mudanças nas atribuições da unidade de elite. Hoje, os batalhões de pelo menos quatro cidades contam com o Bope para cuidar da segurança local.

A situação se repete em São Sebastião, Paranoá, Sobradinho e Planaltina, onde o Patrulhamento Tático-Móvel (Patamo), uma subunidade do Bope, é empregado 24 horas por dia. As quatro cidades possuem extensas áreas rurais, o que amplia em muito o raio de atuação dos batalhões locais, encarregados também do policiamento ostensivo nas porções urbanas dessas regiões.

Foi justamente a Patamo que

Paulo de Araújo/CB



CORONEL AZEVEDO: ATITUDE DE PMS NÃO PODE PREJUDICAR A CORPORAÇÃO

desencadeou crise institucional enfrentada pela PM. Cinco soldados da unidade foram flagrados agredindo um grupo de jovens na madrugada do dia 1º no centro do Plano Piloto. O episódio provocou a intervenção do governa-

dor Joaquim Roriz, que revogou as atribuições do Bope e determinou ao comando da PM a reestruturação do batalhão de elite.

Ao anunciar os nomes dos integrantes da comissão que reformulará as ações do Bope, no Quartel do Comando da PM, o coronel Renato Azevedo não quis adiantar nada sobre o estudo. Tampouco falou sobre a possibilidade de extinção da Patamo, admitida no dia anterior pelo secretário de Segurança Pública, Athos Faria. O oficial ponderou, porém, a necessidade de se criar mecanismos para garantir a segurança pública caso a unidade seja extinta ou tenha que atuar apenas em situações especiais.

Além da Patamo, o Bope conta com a Companhia de Operações Especiais (COE), Policiamento de Choque e de Policiamento com Cães, além dos pelotões de Guarda e de Comando e Serviço. No total, o batalhão de elite emprega 580 homens. "Não é justo que o trabalho de centenas de homens

seja colocado em dúvida em função de cinco. Nós salvamos vidas, socorremos acidentados e resgatamos crianças perdidas nesse fim de ano", desabafou o comandante Azevedo.

Direitos humanos

A comissão que estudará mudanças no Bope é formada por seis oficiais da PM e uma civil — psicóloga do quadro de servidores da corporação. Dois integrantes já foram lotados no batalhão e outros dois têm formação em Direitos Humanos. O grupo tem 20 dias para apresentar relatório ao comando geral da PM, que estudará o documento antes de enviá-lo ao governador, responsável pela assinatura do decreto que estabelecerá as novas atribuições do Bope. O prazo é prorrogável por mais 20 dias.

O trabalho da comissão será acompanhado pelo Ministério Público. "O Bope precisava passar por reformulações há algum tempo. Recebemos queixas de

abuso de autoridade da unidade", comentou o promotor Nísio Tostes, da Promotoria Militar, designado pelo procurador-geral de Justiça do DF, Rogério Schietti, para acompanhar os trabalhos da comissão.

O coronel Azevedo afirmou que a função do MP será dar respaldo legal às sugestões apresentadas pelo grupo de trabalho. Além disso, o comando geral da PM pretende atualizar o treinamento dos policiais em Direitos Humanos e já fez contatos com o Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV) para atualizar o conteúdo do programa de formação. A última versão foi realizada em 1998.

Até ontem à tarde, o último dos cinco policiais militares envolvidos na agressão dos grupos de jovens não havia se apresentado à instituição. Caso o servidor não compareça dentro de um prazo de oito dias, contado desde segunda-feira, ele responderá pelo crime de deserção e pode até ser expulso da corporação.